

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2014:** _____

---Aos trinta dias do mês de setembro do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, António da Silva Garrido e Bibiana Secundina Dias Oliveira. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,
Anabela Solinho Martins, em substituição de Luís António Albuquerque Nunes de Sá e Melo,
Alberto Barros Paquete, em substituição de Orlando Manuel Martins Marques de Lima Rua,
Artur Jorge da Silva Viana,
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe
Maria Alexandra Campos Esteves Faria Vilar,
Luzia Filipa Carvalho Miquelino,
António de Sousa Cepa,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
Helena Maria Carvalho de Abreu,
Beatriz Paula de Sá Lima de Matos,
Alberto Francisco Amaro Ferreira,
António Vendeiro Catarino,
Vitor Manuel Queirós Quintão,
João Eduardo Pinto Felgueiras,
Maria Goreti Cardoso Lima,
Paulo Fernando Alves Marques,
António Viana da Cruz,
José Manuel Neiva da Cruz, em substituição de Manuel António Lima Torres Ribeiro,
Eduardo Oliveira Maia,
Luís António Sequeira Peixoto,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães,
Jorge Manuel Neto Filipe e
Mário Pires de Boaventura.

---Sendo 21 horas e 20 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:

António Maranhão Peixoto,
João Maria de Sousa Nunes da Silva,

Jaquelina Casado Afonso Areias,
Maria Raquel Moraes Gomes do Vale e
Berta Filipa Gonçalves Viana.

---Não compareceram inicialmente à sessão o senhor Vereador Prof. Rui Manuel Martins Pereira, e o deputado municipal Manuel Fernando Lima Meira Torres.

--- Não compareceu à sessão o deputado municipal António Vendeiro Catarino.

De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada na mesa uma comunicação de renúncia ao mandato por parte do senhor deputado municipal Luís António Albuquerque Nunes de Sá e Melo, do Grupo político do PS.

De seguida procedeu-se ao ato de tomada de posse do Senhor Alberto Barros Paquete.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou ainda que na sequência da renúncia ao mandato do Dr. Luís António Albuquerque Nunes de Sá e Melo, que era líder político do PS, foi entregue na mesa um requerimento assinado pelos membros do PS nesta assembleia municipal informando que este grupo será liderado pela senhora deputada municipal Luzia Filipa Carvalho Miquelino.

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

01.01 – ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2014 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. _____

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e nove de abril de 2014 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: _____

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2014. _____

Por não terem estado presentes e conforme declararam, abstiveram-se os senhores deputados, Alberto Barros Paquete, Manuel Joaquim Marques Peres Filipe, José Manuel Neiva da Cruz e Luís António Sequeira Peixoto. _____

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. _____

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida. _____

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

01.03. – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA. _____

Interveio Albino Penteado Neiva, do Grupo Político do PSD, apresentando, inicialmente, um voto de pesar pelo falecimento do Padre Manuel Alves Coutinho, subscrito por todos os Grupos Políticos, e que se transcreve:

“Em 31 de Agosto faleceu na freguesia de Belinho o Padre Manuel Alves Coutinho.

Foi Ilustre sacerdote, professor e grande pedagogo, tendo lecionado nos Seminários Diocesanos, nas Escolas Francisco Sanches em Braga e na Escola António Correia de Oliveira, em Esposende. Foi, além da sua atividade, docente, e durante muitos anos, Capelão da Santa Casa da Misericórdia de Fão. Por toda esta sua atividade social e pedagógica, a Câmara Municipal de Esposende outorgou-lhe a Medalha de Mérito Municipal. Assim, ao abrigo do Regimento desta Instituição, propomos um Voto de Pesar pelo seu falecimento e que tal deliberação seja comunicada à distinta família.”

Continuando apresentou, dois Votos de Louvor, subscritos pela totalidade dos Grupos Políticos, e que se transcrevem:

1- Voto de Louvor à atleta cavaleira Maria Migueis Teixeira e ao Clube Hípico do Norte. -----

“O Clube Hípico do Norte tem, ao longo da sua existência, desenvolvido uma atividade de grande mérito quer na Arte Equestre quer mesmo no domínio da reabilitação de crianças promovendo a equitação terapêutica. A qualidade da formação desportiva e as excelentes instalações, fazem deste clube um referencial na equitação no concelho de Esposende e do norte de Portugal

Muitos dos seus cavaleiros têm disputado, com êxito, as grandes provas nacionais de hipismo, destacando-se, recentemente, a conquista da Medalha de Ouro no Pentatlo Moderno dos II Jogos Olímpicos da Juventude – o maior evento multidesportivo e cultural, que se realizaram de 16 a 28 de Agosto de 2014 em Nanquim (Nanjing) – China com a sua atleta Maria Migueis Teixeira - a mais jovem atleta da missão olímpica portuguesa.

O Centro Hípico do Norte e a sua Atleta honraram bem longe o nome de Esposende.

Assim, PROPOMOS ao abrigo da alínea b) do n.º 1, Artigo 23º do Regimento desta Assembleia Municipal, seja aprovado um VOTO DE LOUVOR à Cavaleira/Atleta Maria Migueis Teixeira e ao Clube Hípico do Norte.”

2- Voto de Louvor à violinista Ana Madalena de Azeredo Ribeiro. -----

“Nascida em Esposende Ana Ribeiro iniciou a sua formação como violinista na Escola de Música de Esposende na classe do Professor Paulo Matos e posteriormente foi orientada pelo Professor Macau Filipe na Escola de Música da Póvoa de Varzim.

Em 2011 terminou a Licenciatura com elevada classificação, tendo-lhe sido atribuído o prémio de melhor aluna da Escola Superior de Música e das Artes do Espectáculo do Porto No ano de 2012 integrou a Fundação Orquestra Estúdio – Guimarães Capital da Cultura Europeia, sob a direção artística do Maestro Rui Massena.

Em 2013 venceu o Concurso Helena Sá e Costa. Após a realização da prova para o lugar de Concertino Assistente na Orquestra Sinfónica do Porto – Casa da Música, é convidada regularmente para desempenhar o cargo.

O Prémio Jovens Músicos é o grande evento anual na área da música erudita, uma iniciativa da Antena2 com a chancela de qualidade do Grupo RTP, que há quase três décadas distingue novos talentos, marcando uma nova geração de instrumentistas. Muitos deles são hoje solistas de renome e profissionais de destaque em orquestras nacionais e estrangeiras.

Este ano, 2014, foi Ana Madalena de Azeredo Ribeiro quem recebeu tão distinto galardão de PRÉMIO NACIONAL JOVENS MÚSICOS na categoria A, Solista, Nível Superior em Violino.

*A sua jovem e promissora carreira honra o Concelho de Esposende.
Assim, PROPOMOS ao abrigo da alínea b) do n.º 1, Artigo 23º do Regimento desta Assembleia Municipal, seja aprovado um VOTO DE LOUVOR à Violinista Esposendense ANA RIBEIRO.”*

Continuando a sua intervenção,

“Começo por felicitar o nosso Executivo Municipal por este 1.º Ano de mandato. Um ano repleto de ações, de muito trabalho mas, acima de tudo, um ano que demonstra claramente que a opção política tomada pelos esposendenses ao escolher esta equipa governativa estava certa.

Seria de todo impossível fazer, neste momento e neste contexto, um balanço minucioso de tudo o que foi feito no concelho ao longo deste ano de mandato. É do conhecimento público e mais pormenorizadamente do conhecimento de V. Ex.ªs, já que vão recebendo periodicamente notas informativas sobre o trabalho do Executivo liderado pelo Arq.to Benjamim Pereira. Para surpresa de muitos esposendenses, quiçá os mais distraídos, Benjamim Pereira mostra-nos ser alguém com grande capacidade de trabalho, um líder, um autarca que conhece e domina muito bem os dossiês e, sobretudo, alguém que tem um projeto para Esposende e com ele, com a nossa ajuda, pretende ganhar o futuro do nosso concelho.

*Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende
Senhor Presidente da Câmara
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais*

Permitam-me que vos traga à memória algumas das ações que marcaram, para mim, esta fase da presidência do Arq.to Benjamim Pereira.

Seria para nós, bastante, percorrer os artigos de alguma imprensa especializada e ler títulos como “Esposende tem motivos para Festejar”, salientando as contas que respiram boa saúde, o ter das mais baixas dívidas das autarquias minhotas, o saber que o município de Esposende, a nível dos encargos com pessoal, é dos mais baixos das 308 autarquias, que apresenta um dos melhores resultados operacionais, em suma, que os relatórios da ERSAR apresentam a água que bebemos em Esposende como de excelente qualidade e 100% de segurança, ler e ouvir que a gestão do Município de Esposende continua a ser exemplo para todos os outros municípios portugueses.

Más, desculpe Sr. Presidente, porque é capaz, porque tem um executivo capaz, por é ambicioso e deseja o melhor para o nosso concelho, exigimos ainda mais de si. Queremos ouvir, como já aconteceu, que o nosso município vai investir 600 mil euros em Educação, apoiando as famílias e os estudantes e dando melhores condições a todos aqueles que integram o processo educativo. Queremos que continue a trabalhar, como tem feito, para atrair novos investimentos para o concelho, novas e boas indústrias, que continue a apoiar as dinâmicas sociais concelhias, a atividade comercial e, naturalmente promova cada vez mais o desenvolvimento económico do concelho. Queremos que continue a apostar no desenvolvimento desportivo, sabendo todos nós que só neste último ano o município investiu mais de 1 Milhão de euros em equipamentos desportivos, sem qualquer participação. Queremos que continue a olhar para a defesa do litoral e congratulamo-nos por ter

recuperado a confiança no programa Polis Litoral Norte, onde vão ser investidos, só em Esposende 26 milhões de euros, estando já assegurado o financiamento de 14 milhões, felicitámo-lo por ter assumido a dragagem da doca dos pescadores ultrapassando, mesmo, as competências do município, dado que não é a entidade responsável por aquele espaço.

Foi bom ver, de novo, o Castro de S. Lourenço premiado com a realização da Galaicofolia – 2000 anos de Festa e ao longo dos três dias do evento, passarem por aí milhares de pessoas, vindas dos mais variados pontos do país e da Galiza, o que expressa o sucesso desta iniciativa de cariz cultural, de lazer e entretenimento. É bom ver entre nós milhares de pessoas que nos visitam e nos deixam orgulhosos porque afirmam que Esposende está na moda e que aqui tudo acontece.

Uma das suas promessas, e que por várias vezes referiu ser prioritária, era dar por concluída a revisão do Plano Diretor Municipal. Um processo que se mostrava difícil, sempre com arestas para limar, sempre com obstáculos colocados pelas diversas instituições que tinham lugar na Comissão Técnica de acompanhamento. O Executivo Municipal, na pessoa do seu Presidente, tudo fez para ultrapassar essas vicissitudes. Os últimos meses foram de grande trabalho, de concertação entre partes, e, finalmente, e ao fim de 12 longos anos, vemos finalizar um processo que todos esperávamos ficasse concluído para bem do nosso concelho e dos esposendenses. A revisão do PDM está aí, inicia-se a fase da discussão pública e, em breve, veremos aprovado o documento magno da gestão territorial do concelho. Se me permitem daqui lanço um desafio à população para que participe nesta discussão pública, que apresente propostas pois com esses contributos este instrumento de gestão sairá muito mais completo e enriquecido.

A Câmara Municipal continua no caminho certo para que Esposende continue a merecer uma frase que um meu amigo que não sendo esposendense aqui gosta de passar o seu tempo, diz, com muita piada - "ESPOSENDE TEM TUDO – SÓ NÃO TEM COMPARAÇÃO". "

Interveio seguidamente Luzia Miquelino, do Grupo Político do PS, cuja intervenção se transcreve:

"Citando Thais Frota "Se o lugar não está pronto para receber todas as pessoas, o lugar é deficiente".

Ocorreu-me esta frase da conhecida arquiteta brasileira a propósito da controvérsia que suscitou a construção da rampa de acesso ao edifício dos Paços do Concelho.

Independentemente dos considerandos de ordem urbanística - que convocam o gosto ou a sensibilidade que cada um tenha sobre o tema – não deixa de ser importante assinalar que finalmente foi ultrapassado um obstáculo à mobilidade das pessoas com dificuldades na sua motricidade.

É incrível que uma obra tão simples tenha demorado tantos anos a ser executada!

A este respeito, não posso deixar de referir que, apesar desta intervenção muito positiva continua a faltar um elevador que permita o acesso pleno dos cidadãos com mobilidade condicionada a todo o edifício dos Paços do Concelho, o qual, é bom frisar, é de todos nós e, por conseguinte, também daqueles que a vida privou do pleno uso das faculdades motoras.

Porque é que um cidadão com deficiência não pode assistir a uma sessão pública do executivo municipal?

Voltando a Thais Frota, continuamos, assim, com um “edifício deficiente”, o que, nos tempos de hoje, já não é aceitável.

Meus Senhores, Minhas Senhoras,

No passado dia 28 de Agosto, a Câmara Municipal de Esposende decidiu atribuir gratuitamente os manuais escolares obrigatórios a todos os alunos do primeiro ciclo do ensino básico que frequentam as escolas do concelho.

É uma medida que considero positiva, especialmente num contexto de crise, em que todas as ajudas aos orçamentos familiares são bem-vindas por quem delas beneficia.

Só é pena que esta maioria não equacione outras medidas da mesma natureza, que incidam, por exemplo, no custo da água e do saneamento, cujo preço, de acordo com a entidade reguladora E.R.S.A.R., continua a figurar entre os mais altos do País. Seria um sinal de bom senso e uma medida coerente com uma verdadeira política de apoio às famílias.

Voltando à decisão sobre o reembolso dos custos com a aquisição de manuais escolares, devo dizer que a única reserva que esta medida me suscita – a atribuição do apoio a famílias com rendimentos elevados – é facilmente superada, tendo em conta as suas óbvias vantagens.

De resto, quem não precisar do apoio, pode tomar uma decisão muito simples: não o pede.

Por esta razão, andou muito bem, a Câmara Municipal ao tomar esta decisão e espero, muito sinceramente, que seja estudado o alargamento desta medida a outros ciclos do ensino obrigatório, mesmo considerando que os custos dos manuais, do 5.º ano para a frente, sobem consideravelmente.

Percebe-se que o valor envolvido nesta decisão – menos de quarenta mil euros – é uma pequena parte do orçamento municipal e, considerando outras despesas municipais, porventura menos prioritárias, uma medida de grande alcance social com custos comparativos mais baixos.

Não podemos ignorar que, em muitas casas, os livros escolares são os únicos livros existentes; que o início do ano escolar é especialmente violento para os orçamentos familiares, uma vez que, além dos livros, as famílias têm muitas outras despesas associadas ao início do ano letivo;

Numa nota mais política, quero expressar o meu contentamento pela iniciativa, por esta medida provir de autarcas de um partido político que, no Governo, tem reduzido significativamente o valor e o alcance das prestações sociais.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Sr. Presidente da Câmara e Vereadores,

Senhores e Senhoras Deputados Municipais,

Foi publicado ontem, em Diário da República, a abertura do período de discussão pública da revisão do Plano Diretor Municipal de Esposende.

Esta ocasião, que deveria ser um momento de alegria pelo desfecho de um processo que o PSD, irresponsavelmente, deixou arrastar durante muitos anos, fica ensombrado pelas pressas de última hora, que atacaram o Sr. Presidente da Câmara.

Não bastando o facto de a única reunião com os eleitos desta Assembleia, da Câmara Municipal e das Freguesias ter decorrido a escassos três dias da reunião de Câmara que deliberou a abertura do procedimento de consulta pública; assistimos à situação inacreditável de a Câmara ter votado esse procedimento sem que os vereadores – pelo menos os da oposição – tenham tido acesso a toda a documentação da revisão, como é seu direito; e vemos,

espantemo-nos todos (!), o período de participação pública reduzido ao seu mínimo legal, como se o atraso de anos, provocado pela incúria dos executivos de maioria PSD, não pudesse suportar o tempo de discussão pública que um instrumento de planeamento com esta importância merecia.

Que estas questões não incomodem o CDS, que votou favoravelmente a proposta tal como lhe foi apresentada, não nos surpreende. Ao fim, e ao cabo, estamos habituados ao CDS de Esposende: um partido político que só é oposição na altura das eleições.

Agora, que o Sr. Presidente da Câmara - arquiteto de formação, logo uma pessoa com especial sensibilidade para estas questões e um eleito com a experiência que decorre de, no mandato anterior, ter detido o pelouro da gestão urbanística - tenha decidido acelerar a fase final do processo de revisão, atropelando pelo caminho a consideração e o respeito que são devidos aos eleitos locais, isso é mais difícil de compreender.

Entendamo-nos! O PDM é um instrumento de gestão fundamental e condiciona – de várias formas – o modelo de desenvolvimento do concelho. Estamos a falar de um documento que não é um mero regulamento e algumas plantas. Ele é a base de qualquer política de desenvolvimento local.

Assim, o Sr. Presidente da Câmara, e os vereadores da maioria que o acompanham, podiam ter feito uma escolha.

Podiam ter escolhido um processo participado, debatido com os eleitos locais – os quais, é bom nunca esquecer, estão aqui por direito próprio, mandatados pelo voto popular – e com um período de discussão pública amplo e coerente.

Só que esse não foi o caminho que escolheram;

•Preferiram as decisões de gabinete;

•Preferiram a apresentação de um facto consumado;

•Preferiram alienar a participação da população e dos eleitos locais;

•Preferiram, ao fim, e ao cabo, proceder como o célebre “Rei Sol”, Luis XIV de sua Graça, que proclamava, em alto e bom som: “L’Etat, c’est Moi”.

Sejamos claros: depois de iniciado o procedimento de participação pública, a proposta de revisão do PDM não pode ser objeto de alterações importantes.

Meus Senhores, Minhas Senhoras:

Quero deixar aqui uma palavra de solidariedade, pessoal e política, ao Vereador João Nunes, pessoa que muito prezo.

Tomou a única atitude que se impunha, ao recusar-se, como disse e vou citar: “a participar numa farsa”.

Esta frase resume tudo.

Esta frase diz tudo o que há a dizer, porque está em causa o funcionamento regular da Câmara Municipal, pelo que fez muito bem ao levantar-se e sair daquela reunião.

Independentemente das questões de ordem legal que a não distribuição dos documentos da Revisão do PDM aos Vereadores da oposição possam suscitar – sobre as quais não me vou pronunciar porque não sou jurista, nem é esse o meu papel nesta Assembleia –; subsistem as questões de ordem ética e moral.

Como diz sabiamente o nosso povo: “os atos ficam com quem os pratica” e, neste caso, definem bem a natureza do exercício do poder por este Presidente e por esta maioria social-democrata, que contou com o apoio expresso do CDS para este atropelo democrático.

Pode dizer-se, assim, que o pior cego não é aquele que não quer ver; o pior cego é aquele que não deixa ver!

*Muito gostaria eu de estar aqui a elogiar uma boa revisão do Plano Diretor Municipal. É possível que o venha a fazer, se, e quando, ele chegar a esta Assembleia, a quem cabe a palavra final no processo da sua revisão.
Da minha parte, e da bancada do Partido Socialista, contarão com uma análise cuidadosa e ponderada daquilo que nos será proposto.
Disse.”*

Sendo vinte e uma horas e cinquenta minutos compareceram na sessão o senhor Vereador Prof. Rui Manuel Martins Pereira e o senhor deputado municipal Manuel Fernando Lima de Meira Torres.

Interveio seguidamente Luís Peixoto, Presidente da Junta da União das Freguesias de Apúlia e Fão, cuja intervenção tem o seguinte teor:

O que me traz aqui não é mais do que um revelar e um registo, que gostaria que ficasse escrito, daquilo que são dúvidas e anseios dos fangueiros, neste caso pois represento duas freguesias, quanto à 2ª fase da marginal de Fão.

Todos sabemos, mas nunca é demais lembrar, que é uma obra iniciada há vários anos, obra muito ansiada, que arrancou este ano. É uma obra da responsabilidade da Polis cujo projeto, não sei, mas suponho que seja da Câmara Municipal. Acontece que eu, como fangueiro, e todos os fangueiros que tiveram a oportunidade de entrar no que ainda é um estaleiro têm notas e reparos nesta obra. Todos estamos capazes de esperar um pouco mais, pois já esperamos bastante tempo para que os problemas que estão à vista de todos sejam resolvidos.

A 2ª fase da marginal é um anseio dos fangueiros mas será muito útil para os habitantes das Pedreiras e sobretudo do Caldeirão. Será um passeio que não será só lúdico, ao fim de semana, mas será claramente uma via pedonal e ciclopédica para os habitantes do Caldeirão se deslocarem para o centro da localidade ou para outros destinos. É uma alternativa melhor e mais segura que a rua Serpa Pinto, que é muito estreita e que tem circulação automóvel num só sentido, muitas vezes com velocidades exageradas, pelo que muitos de nós estamos a ver a 2ª fase da marginal como uma alternativa a esse percurso.

O desejo que gostava que ficasse aqui expresso de todos os fangueiros e sobretudo dos habitantes do Caldeirão é que paremos para pensar, que pare a Câmara Municipal, que pare a Polis e não vai ser difícil encontrarmos uma solução para que, na realidade, aquela via seja da utilidade de que todos nós esperamos que seja. Recordo que aquela fase já teve vários projetos, o último que eu vi aprovado e que iria ser colocado em execução, comportava uma parte pedonal no paul central do rio, não estou a pedir essa parte pedonal, estou sim a pedir é que os custos que já estavam associados a essa parte pedonal sejam redirecionados para aquilo que já está registado em comunicação à Câmara e à Polis, que ao menos se eleve a parte do passadiço dentro do Caldeirão e o Rego do Martinho, evitando que as marés de lua inundem essa parte, porque já “damos de barato” a parte que fica inundada junto à pousada. Nunca é demais referir que se tivermos uma parte elevada entre o Caldeirão e o Rego do Martinho, teremos um percurso não só lúdico mas essencial à população do Caldeirão.

Fica o registo e fica a disponibilidade da população de Fão e do Caldeirão para poder esperar um pouco mais, mas para ter o que sempre ansiou, uma passagem própria entre o Caldeirão e o centro da Vila de Fão.

anuncia ter realizado neste primeiro ano, na sua maioria, são da responsabilidade de outras entidades, nomeadamente da Sociedade Polis do Litoral Norte. As obras da Câmara, essas, ainda estão no segredo, nem sequer foram anunciadas.

Manuel Carvoeiro também se dirigiu ao presidente da União de Freguesias de Apúlia e Fão – Luís Peixoto, dizendo-lhe que estava perplexo com a intervenção que este acabava de fazer sobre as obras da 2.ª fase da Marginal de Fão. Manuel Carvoeiro disse mesmo: não consigo entender que Luís Peixoto, autarca que já completou um mandato como presidente da Junta de Freguesia de Fão e já vai no 2.º ano do atual mandato como presidente da Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão, venha a esta Assembleia dizer que foi confrontado com esta obra na fase de Estaleiro! É que, apesar de a obra não ser da competência da Junta de freguesia em causa, o presidente Luís Peixoto, sempre deveria ter um mínimo de interesse, a mínima curiosidade em saber o que estava projetado, o que se iria fazer na marginal de Fão, não sendo sequer admissível que o deputado Luís Peixoto afirme que teve conhecimento da obra depois de ela estar no terreno. Isto é grave e inconcebível.

Prosseguindo, Manuel Carvoeiro referiu que nos dias 5, 6 e 7 deste mês de setembro decorreu, na Quinta da Atalaia, Amora, Seixal, a 38.ª edição da Festa do Avante. A Festa maior, a Festa mais linda de todas as Festas. A Festa do Avante, espaço imenso de convívio, fraternidade e solidariedade. Festa do Avante, onde se renovam e se rejuvenescem os valores de Abril, da gloriosa Revolução de Abril. Festa do convívio intergeracional, Festa do Avante, o maior acontecimento cultural do nosso país, pela riqueza e multiplicidade das manifestações que nesta vertente lá acontecem. E este ano esta Festa foi ainda mais linda, foi mais linda ao contar com a presença do Grupo Folclórico de Palmeira de Faro. Com grande alegria, com vivo entusiasmo assisti à atuação deste Grupo Folclórico no famoso Palco Arraial da Festa do Avante. Foi uma atuação marcante e memorável perante centenas e centenas de pessoas. Por isso, em jeito de saudação ao Grupo Folclórico de Palmeira de Faro, emerge, aqui, este registo.

Continuando no uso da palavra, Manuel Carvoeiro disse: “com a entrada em vigor do mapa judiciário, o tribunal de Esposende foi desqualificado ao transformar-se numa secção de competência genérica da nova comarca judicial do distrito de Braga. Com este novo mapa, a população de Esposende será profundamente afetada ao ter que se deslocar a Barcelos e/ou Famalicão para, por exemplo, participar em audiências de julgamento ou noutras diligências que, até agora, aconteciam no tribunal de Esposende, situação particularmente preocupante na área processual do direito de família e menores. E tudo se complicará imenso quando todos sabemos que não existe uma oferta de transportes públicos para Vila Nova de Famalicão e para Barcelos. Os transportes que existem são mesmo muito escassos. Está em causa o acesso dos cidadãos à justiça, o que configura mais uma verdadeira machadada nos legítimos direitos e interesses do nosso povo. É o ataque contra o nosso Estado de Direito Democrático, contra princípios basilares da nossa constituição e da nossa democracia, tudo na senda do ataque aos serviços públicos fundamentais.

Neste quadro, a Câmara Municipal de Esposende, o PSD, o CDS e o PS nada fizeram para denunciar e travar a implementação deste mapa judiciário em Esposende. Ao contrário de muitos outros municípios, por cá imperou a omissão e passividade de sempre quanto à necessidade do envolvimento das populações nesta questão.

Interveio seguidamente Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, apresentando inicialmente, um voto de pesar pelo falecimento do senhor Porfírio Almeida do Vale, e que se transcreve:

“No dia 23 de julho de 2014 faleceu Porfírio Almeida do Vale.

O Porfírio Vale, militante há muitos anos do PCP, era um homem simples, solidário e trabalhador. Desde muito jovem se ligou à luta política, combatendo por uma sociedade mais justa e humanizada. Em Belinho, freguesia onde há muito tempo residia, granjeou a amizade e o carinho da população. O seu modo de ser e estar, o seu prestígio, permitiram a sua eleição para a Assembleia de Freguesia de Belinho e para a Assembleia da União das Freguesias de Belinho e Mar, à qual, no momento da sua morte, pertencia. O Porfírio viveu com grande dignidade, sempre do lado dos mais desfavorecidos, na corajosa luta por um mundo mais igual e mais justo.

Assim, a Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária no dia 30 de setembro, delibera aprovar um voto de pesar por tão doloroso acontecimento, apresentando sinceras condolências aos familiares do Porfírio Almeida do Vale, nomeadamente ao seu filho João.

Que desta deliberação seja dado conhecimento à digníssima família.”

Continuando a sua intervenção apresentou uma recomendação, e que se transcreve:

“Criação de hortas urbanas municipais

A criação de hortas urbanas é uma realidade bem visível em muitos municípios no nosso país.

Trata-se de iniciativas que permitem:

- ✓ *ocupar de uma forma saudável os tempos livres dos munícipes;*
- ✓ *reduzir as despesas das famílias com a aquisição de produtos alimentares essenciais para uma alimentação equilibrada;*
- ✓ *evitar a pressão e a ampliação desmedida de perímetros urbanísticos;*
- ✓ *divulgar boas práticas em terrenos de agricultura biológica e na vertente da reciclagem de resíduos;*
- ✓ *possibilitar a inúmeros munícipes, e em especial às crianças, um contato mais direto com a natureza.*

Assim, proponho que esta Assembleia Municipal delibere recomendar à Câmara Municipal de Esposende que:

1. *seja efetuado um levantamento dos terrenos disponíveis que reúnam condições para a criação de hortas urbanas;*
2. *organize o processo de delimitação e atribuição dos lotes aos munícipes interessados, bem como um regulamento de utilização de tais espaços.”*

Continuando a sua intervenção,

“Depois da intervenção do Sr. deputado do PSD – Penteado Neiva, Manuel Carvoeiro, dirigindo-se a este Deputado do PSD, disse que o que tinha acabado de ouvir mais parecia uma intervenção de balanço de fim de mandato, aconselhando o Deputado Penteado Neiva a não ‘embandeirar em arco’, pois há muito caminho para andar e as obras que a Câmara

É que não chega uma ou outra posição pública nos órgãos de comunicação social dizendo que estamos contra. Seria preciso mais, muito mais, nomeadamente a mobilização das populações contra esta e outras malfetorias do Governo PSD/CDS – Passos Coelho/Paulo Portas contra o nosso Concelho, contra os Esposendenses.

Mas, para além da deliberada não mobilização das populações no combate contra a desfiguração e desqualificação do tribunal de Esposende, também o Sr. Presidente da Câmara e demais membros do executivo, bem assim todos os deputados dos grupos políticos do PSD, CDS, PS e independentes ficaram, em unísono, quedos, surdos e mudos perante o protesto nacional promovido pela Ordem dos Advogados, no dia 15 de julho do corrente ano, em frente à Assembleia da República. Resta o lamentável registo da sua ausência!

Diferentemente dos silêncios cúmplices, o PCP esteve lá, nesse protesto. Estive eu e outros camaradas meus, porque esta é uma luta justa, uma luta em defesa do nosso concelho, uma luta em defesa dos serviços públicos fundamentais, uma luta em defesa dos valores de Abril.

Dirá o Sr. Presidente da Câmara, como habitualmente acontece, aliás na senda do que já afirmava o seu imediato antecessor, que a discordância contra estas malfetorias do Governo não se vê pela participação ou não em manifestações, pela mobilização das populações, pretendendo fazer passar a ideia de que chega duas ou três declarações públicas para vincar a sua posição. Pois, até aceitaríamos este quadro argumentativo. No entanto, na situação concreta, isto é, no que diz respeito à desqualificação do tribunal de Esposende, o Sr. Presidente da Câmara autorizou que veículos da edilidade transportassem os processos para as novas secções de Barcelos e Famalicão. Ora, o envolvimento de veículos camarários neste processo deita por terra qualquer posição do Executivo que se diga contrária ou crítica da reforma judiciária e da perda de competências do tribunal de Esposende. Nesta matéria, estar contra, implicaria, mesmo no plano institucional, uma coerência até ao fim. Ao não manter essa coerência, o Sr. Presidente da Câmara ajudou a construir o esquite que trasladou competências do tribunal de Esposende para outras secções da comarca judicial do distrito de Braga. Tudo isto mostra a contradição insanável de um Presidente de Câmara que afirma ser contra a morte lenta do Tribunal de Esposende e ao mesmo tempo ajuda a acelerar essa morte.”

Manuel Carvoeiro referiu ainda que “todos os anos, quando finda a época balnear, deixam de funcionar, na zona de Ofir, os sanitários públicos. Esta situação, replicada no tempo, deixa muito mal-as entidades que devem assegurar o funcionamento deste serviço. Naturalmente que a Câmara, em articulação com a União de Freguesias de Apúlia/Fão deve assumir, nesta matéria, as suas responsabilidades. E não venha o Sr. Presidente da Câmara com elaboradas justificações, aduzindo as competências de outras entidades para, desta forma, como Pilatos “lavar as mãos” e afirmar que o assunto é com os outros. É que estamos a falar da zona turística de Ofir. Se há um problema de competências nesta matéria, então entendam-se. O que não podemos é continuar a contemplar esta situação que deveria envergonhar todos os que têm responsabilidades na gestão da coisa pública. Não aceitamos esta situação. Ofir, a zona turística de Ofir, reclama o funcionamento de tal infraestrutura. Mas não só Ofir. Também, na Foz do Cávado, o problema existe. Aqui, de forma mais flagrante. É que, se em Ofir, pelo menos no Verão, há sanitários públicos, na Foz do Cávado estes não existem mesmo ao longo de todo o ano. Por isso, também nesta zona urge resolver tal problema”.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação da Assembleia, visto que foram ultrapassados os 30 minutos do período de antes da ordem do dia, que o mesmo seja prorrogado.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE A PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Usou novamente da palavra o senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Apúlia e Fão, Luís Peixoto, referindo o seguinte:

Eu percebo que o senhor Deputado Manuel Carvoeiro gostava de ter tido a iniciativa do discurso que eu tive, acabou por ser secundado por mim. Quanto à questão que refere de eu não estar atento, uma coisa que eu sei, é que num regime democrático, e não foi preciso ir para presidente de junta para aprender, existem técnicos e temos que confiar nos técnicos, engenheiros, arquitetos e em toda essa gente que anda anos e anos a estudar. Portanto é com base nessa confiança que todos temos que atuar, ou pelo menos saber estar. Acontece que no litoral sempre formos regidos por luas e há uma fase em que as marés são mais altas e nós estamos em Setembro, época de marés altas, e foi aí que se deram as inundações.

Quero reiterar a confiança nos técnicos, já participei em várias reuniões de obra, no entanto e uma vez que estou aqui aproveitei a voz que tenho, para deixar mais uma vez realçado.

Aproveito também, e uma vez que falou da grande Festa do Avante, para dizer que metade das pessoas que estiveram na festa chegavam para limpar os cartazes que deixam espalhados pelas freguesias.

Interveio seguidamente Artur Viana, do Grupo Político do CDS, cuja intervenção tem o seguinte teor:

Ex. mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende e Secretariado

Senhor Presidente da Câmara

Senhoras e Senhores Vereadores

Colegas Deputados e Presidentes da Junta

Já aqui foi referido que passou um ano das últimas eleições. Neste último ano não se esperam obviamente milagres em termos de atuação, mas mais do olhar lá para fora, faz falta olharmos cá para dentro, pois somos a voz de um povo, e somos a imagem da democracia e é aqui que temos de expressar a nossa opinião, daquilo que vemos e ouvimos, é esta a nossa função como eleitos de um povo.

Referir que já lá vai uns meses desde a última Assembleia, houve bastante tempo que nos fez pensar acima de tudo e nos dias de hoje que nos faz refletir qual o nosso papel neste último ano. Convém ver que quem está em maioria ou minoria aqui pouco importa, importa acima de tudo dar uma opinião, sermos nós a questionar as situações que achamos duvidosas, esse é o papel, criticar se for necessário. Fazemos uma oposição, exceto a bancada PSD que apoia o executivo camarário, mas fazemos uma oposição e esta não tem que ser muda, estamos aqui a falar, a chamar a atenção de coisas que por vezes passam despercebidas, não é apenas criticar, é fazer uma oposição construtiva e o CDS nas últimas Assembleia Municipal tem sempre feito uma apresentação elaborada, levantando questões e dúvidas, não criticamos meramente por

oposição. Mais do que fugir é fundamental enfrentar e questionar, esse é o nosso papel, é essa a nossa missão.

Este verão, e por termos ausências de reuniões, deu para ver e avaliar muitas situações, até porque o período de verão é um período de grande atividade no nosso concelho, a câmara apresentou as inúmeras atividades, na generalidade vocacionadas para o turismo, pois nós somos um concelho com uma vocação turística. Procuramos dar uma boa imagem, mas às vezes esquecemo-nos de que, além do turismo, para além daqueles que nos visitam, também vive cá gente. Mas é claro que todos nós que cá vivemos também gostamos de participar nestas atividades mais vocacionadas para uns ou para outros, mas são atividades que nos enriquecem a todos e que apesar de tudo nos dinamizam, mas apesar de todas estas atividades, esta descrição e elogios do que se vai fazendo há sempre reparos, e é importante nós aqui fazermos esses reparos, por exemplo louvo a ação que decorreu do lançamento do guia turístico de Esposende, é um passo importante para a nossa divulgação, parece que ainda não está disponível, é um bom material de divulgação, pelos vistos e eu já questionei se vai ser oferecido ou pago mas o mais importante é que esteja disponível nas ruas. Nós temos pugnado por um turismo de excelência, queremos ser diferentes até porque temos uma concorrência muito forte a norte e a sul e temos que nos valer pela diferença, pelo ambiente, pela natureza que temos mas nem sempre fazemos jus a este ditado – Esposende, um privilégio da Natureza - e refiro isto porque este verão estive mais atento devida à responsabilidade que ocupo aqui, temos ainda apesar de tudo muitas falhas a corrigir, refiro-me nomeadamente à limpeza da orla costeira, é verdade que a Câmara reforçou as atribuições às juntas, não sei se a competência é da junta ou da EAmb, sei é que ao longo da nossa costa, zona turística de excelência, se encontra muitas vezes lixos e foi preciso alertas para que fossem recolhidos. Temos que estar mais atentos pois a imagem do turismo de excelência é a que pretendemos passar.

Refiro-me também ao centro urbano, temos uma marginal de excelência, mas temos uma parte da marginal pedonal que está completamente às escuras, entre as piscinas e o estabelecimento Pé no Rio, a zona pedonal não carece de grande luz, tal como o passadiço que foi construído em frente ao Forte, que apesar de ter lá as lâmpadas, as luzes não acendem. São pequenos grandes pormenores para quem nos visita, a nós passa-nos despercebido porque nos habituamos àquela rotina, mas para quem nos visita é uma mancha. Se queremos turismo de qualidade vamos fazer por isso, vamos melhorar alguns aspetos.

Temos outro grande problema na nossa zona de praias que é o estacionamento, na zona de Apúlia, Ofir e Suave Mar que no mês de agosto é sempre caótico. É verdade que não é fácil construir parques de estacionamento, nem eu sou a favor disso, mas decerto temos que repensar o atual estacionamento existente e, se necessário, converter alguns estacionamentos paralelos em perpendicular, aumentando assim o número de lugares.

Temos que olhar para estes problemas e chamo a atenção para outro aspeto muito importante, fazer obras não chega é preciso mantê-las. De quem é a responsabilidade da manutenção dos arruamentos e do estacionamento de Ofir? Da Câmara Municipal? Da Polis? A Câmara Municipal tem obrigação de chamar a atenção pois muitos foram os mecos que já desapareceram.

É preciso rapidamente repor as situações que foram vandalizadas, e a obra ainda dita nova da Polis que ainda está em execução já esta com aspeto muito degradado, portanto, reitero, que não é só fazer, também é preciso manter.

Outro aspeto que gostaria de referir é a grande obra em execução a nível do saneamento, por parte das Águas do Noroeste, as obras da Etar, mas nos últimos dois anos esquecemos, fizemos

um grande investimento na rede de saneamento, procurou-se chegar a todas as freguesias mas há zonas que ficaram esquecidas, refiro-me ao lugar de Paredes - Apúlia, onde o saneamento para junto da escola EB2/3 e a zona restante até à nacional, está ausente de saneamento, que já foi prometido na altura das eleições, não vale a pena ter uma grande Etar se o saneamento não vai a todas as casas.

Também aqui quero louvar, ao fim de 12 anos, o fecho do PDM, é verdade que poderia ser melhor ou pior, vamos analisá-lo agora no período de discussão. Mas era vergonhoso ter um documento 12 anos em avaliação, houve agora um ponto final, que louvo por estar feito e espero que todos nós possamos contribuir, criticar e fazer as sugestões devidas. É um documento fundamental para o concelho de Esposende.

Deixo um conjunto de sugestões, um conjunto de apelos para que a voz de quem aqui está possa ser audível e registada e para que nas próximas assembleias possa ter respostas a estas questões.

Usou da palavra a senhora Vereadora Dr.^a Berta Viana, no âmbito de defesa da honra, referindo que: *“esta assembleia iniciou-se com uma intervenção da Dr.^a Filipa Miquelino na qual de forma clara, inequívoca e perentória afirmou que o CDS nada faz senão, de quatro em quatro anos, em eleições, fazer barulho, e não fazer qualquer trabalho. Mais disse o pior cego não é aquele que não quer ver, é aquele que não deixa ver. Para esclarecer a senhora deputada, desde já agradeço o facto de me ter permitido intervir, porque efetivamente a reunião na qual constava na ordem de trabalhos a colocação à discussão pública do PDM era pública e eu não a vi lá, com muita pena minha, porque possivelmente não teria feito esta intervenção, pois a informação não lhe foi dada na íntegra. Também a imprensa chegou tarde e a más horas, pois também não sei quem lhe disse os conteúdos que foram reproduzidos.*

Eu cheguei a horas, estive lá e não abandonei a reunião, e para que saiba já por cá ando nesta casa vão fazer 13 anos, sou vereadora, fui deputada municipal, este processo tem 12 anos, se não conheço é porque não quero, consultei-o várias vezes no âmbito do exercício da minha atividade profissional, reuni várias vezes com o Eng.^o Vítor Leite, pelo que sei e é público a carta da RAN e da REN é a mesma e inalterável desde 2006, se de facto foram feitos alguns afinamentos, a própria Câmara teve uma sessão de esclarecimento, na qual estive presente e me senti convidada e fui esclarecida efetivamente de qual era o âmbito da alteração do PDM. Pedi na reunião de Câmara em que foi colocada esta proposta de colocação a discussão pública a revisão do PDM em suporte informático a versão final, pois tinha apenas 20 dias, pois o que eu sabia era de casos pontuais que fui consultando, o que me foi dito foi que iria ser facultado, esta foi disponível para me ser entregue, realmente não tive disponibilidade para ir levantar o suporte informático na Câmara, mas esse é um problema que só a mim diz respeito. E o que posso dizer à senhora deputada é agradecer o facto de ter tornado esta reunião para mim menos maçadora, pois é chato estar aqui sem poder falar, dizer-lhe que não sei quem seja cego, por não querer ver, eu quis ver e vi, quando quero ver, vejo.

Este executivo sempre me facultou todas as informações que eu pedi, não por privilégio, já trabalhei com outro executivo que não o fez e portanto estou perfeitamente à vontade para fazer a distinção e se a senhora deputada entende que há aqui alguém que não quer fazer ver tenha a ousadia de pedir a consulta, porque os instrumentos de regulação do PDM estiveram sempre disponíveis para qualquer cidadão comum, no âmbito das funções que exerço, o mais que lhe posso dizer é que estando o processo concluído, pedi as informações que entendi, estão disponíveis para serem facultadas, não as fui levantar, eu é que tenho que me penitenciar por

esse facto e dizer-lhe que a sua intervenção quanto a mim é ofensiva e sabe que é, pois estive consigo quatro anos nessa bancada e sabe que fiz trabalho, concordamos várias vezes, divergimos várias vezes com elevação, acho lamentável que queria criar um facto político quando o que aconteceu foi o vosso vereador demitiu-se de participar numa votação, se tivesse ficado até ao fim tomava posição, fez o que fez Pilatos e sobre isso a história já falou e falou há 2000 mil anos.”

De seguida usou da palavra o senhor Vereador João Nunes no âmbito da defesa da honra, referindo que *“a intervenção da senhora vereadora Dr.ª Berta Viana, num determinado momento falou do vereador do PS, não há lá outro a não ser eu e eu só queria dizer o seguinte: a senhora vereadora disse que estava à minha disposição a consulta, a discussão não está em eu poder ou não consultar. É evidente que eu, enquanto vereador, posso consultar quando quiser os documentos na câmara, o que está em causa e o que foi sempre discutido é que a câmara tem que me entregar o documento, eu não posso votar um documento, que foi aquilo que a senhora vereadora fez, que estava na ordem do dia sem nenhum documento a acompanhar para agilizar o que estava escrito.*

A senhora vereadora não sabe o que votou, qualquer pessoa que leia a declaração de voto que está na ata n.º 19 da senhora vereadora é um motivo de vergonha para o CDS e para a senhora vereadora do CDS.”

Usou novamente da palavra a senhora Vereadora Dr.ª Berta Viana, referindo o seguinte *“se de facto o senhor vereador entende que a minha posição é vergonhosa, é apenas a opinião dele, naturalmente é uma pessoa que eu respeito, a posição que ele toma e a opinião que ele tem eu discordo. Vergonhoso para mim é ser eleito e renunciar ao mandato, vergonhoso para mim é no exercício do mandato abandonar uma reunião sem votar, sem tomar posição. Eu fui eleita para defender aqueles que acreditam em mim, eu fui eleita para exercer o meu mandato, eu fui eleita para questionar e para esclarecer as pessoas que me procuram e que precisam de esclarecimentos sobre o desenvolvimento do executivo camarário, é para isso que aqui estou, na minha declaração de voto consta que pedi em suporte informático o PDM, o senhor Presidente autorizou que me fosse facultado, eu não quero privilégios, sou um cidadão normal com obrigações que me foram conferidas pelo povo. Quem precisar das informações pode dirigir-se às Juntas, o senhor Presidente já o disse, poderá dirigir-se a mim amanhã pois já terei o CD, e tenho que me penitenciar por não o ter ido levantar. No cumprimento do meu mandato não tenho vergonha daquilo que fiz, tenho a honra de colaborar com um executivo que teve a coragem e o despreendimento e que me parece desinteressado em tirar da gaveta esta matéria tão contundente que tange o interesse de muita gente, eu tenho que louvar esta coragem, colaborar com este executivo e fazer com que este rosário de 12 anos, é uma dúzia de anos de volta deste assunto que tem tolhido o desenvolvimento do concelho de Esposende. Não contem comigo para embargar, não contem comigo para atrasar. O meu lema de campanha era fazer, e quem me conhece sabe que eu faço, sou mulher de fazer e comigo o CDS vai fazer. Senhor vereador, se considera o que considera da minha intervenção é uma opinião sua e de facto estamos em fileiras opostas e o nosso percurso fala por si.”*

Depois das intervenções políticas foi pelo presidente da mesa referido que se passaria de seguida à votação, dos votos de pesar, dos votos de louvor e da recomendação.

Colocados a votação os assuntos propostos no período de antes da ordem do dia, obtiveram-se as seguintes votações:

1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO PADRE MANUEL ALVES COUTINHO. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO PADRE MANUEL ALVES COUTINHO. MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS DE PESAR À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA. -----

2 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO SENHOR PORFÍRIO ALMEIDA DO VALE. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR PORFÍRIO ALMEIDA DA VALE. MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS DE PESAR AO SEU FILHO JOÃO E À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA. -----

3 - VOTO DE LOUVOR À VIOLINISTA ANA MADALENA DE AZEREDO RIBEIRO.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE LOUVOR À VIOLINISTA ANA MADALENA DE AZEREDO RIBEIRO. MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL À PRÓPRIA. -----

4 - VOTO DE LOUVOR À ATLETA CAVALEIRA MARIA MIGUEIS TEIXEIRA E AO CLUBE HÍPICO DO NORTE. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE LOUVOR À ATLETA CAVALEIRA MARIA MIGUEIS TEIXEIRA E AO CLUBE HÍPICO DO NORTE. MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL À PRÓPRIA E AO CLUBE HÍPICO DO NORTE. -----

5 – RECOMENDAÇÃO SOBRE CRIAÇÃO DE HORTAS URBANAS MUNICIPAIS. ---

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA. -----

Votaram contra 17 membros municipais do Grupo Político do PSD, 2 do Grupo Político do CDS/PP e 2 membros municipais Independentes, Mário Boaventura, e José Manuel Neiva da Cruz num total de 21. Votaram a favor 7 membros municipais do Grupo Político do PS e 1 membro municipal do Grupo Político do PCP, num total de 8. -----

Foram proferidas três declarações de voto, a primeira pelo Grupo Político do PSD, que se transcreve:

“O Grupo político do PSD vota contra a recomendação do PCP sobre as hortas municipais pois é um assunto que a câmara municipal está a tratar, pois já tem o dossiê preparado para a sua implementação, pelo que se torna extemporânea esta recomendação.”

A segunda pelo Grupo Político do CDS, que se transcreve:

“Votamos contra porque entendemos que a organização do território do concelho não justifica, por ora, esse investimento. No concelho a área urbana é reduzida havendo uma forte componente de ruralidade. A criação de hortas urbanas será um investimento que não se adequa à realidade do concelho. Considera-se ainda a proposta do PDM em discussão pública que valoriza as áreas agrícolas.”

A terceira pelo senhor Presidente da União das Freguesias de Apúlia e Fão, que se transcreve:

“Parece-me que há aqui gente que não percebeu a intenção da recomendação, efetivamente existe muito terreno baldio que não é cultivável e pode haver uma orientação e organização da Câmara Municipal para que, na realidade haja uma abertura dos proprietários desses terrenos que os cedam de forma gratuita para que sejam cultivados, apenas falamos nesse sentido.”

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Foi presente a informação escrita do Presidente da Câmara,

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que relativamente à informação escrita nada tem a dizer, esta foi enviada e se houver alguma dúvida estará disponível para prestar qualquer esclarecimento.

Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Manuel Carvoeiro com uma intervenção do seguinte teor:

Em resultado da leitura que fiz sobre a informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal há alguns pontos que me chamaram à atenção, desde logo o que tem a ver com o protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Esposende e a Associação para a Modernização Administrativa tendente à criação do espaço do cidadão. Sobre esta matéria fico com a ideia de que certamente este executivo municipal e principalmente o senhor Presidente da Câmara não terão lido o diploma relativo a esta questão, ou se o leram estamos perante uma contradição monumental e insanável desta Câmara. Eu explico: quando a Câmara Municipal de Esposende diz que se opõe ao encerramento do tribunal, se opõe a um eventual encerramento da repartição de finanças, se opõe a outros encerramentos de escolas, etc., não se entende a razão deste protocolo que contém, precisamente, tudo aquilo a que a Câmara diz opor-se! Senhor Presidente, se leu com a atenção necessária o diploma sobre esta matéria, encontrará nele aspetos que suscitam preocupações: a Câmara desenvolverá funções que estão cometidas ao poder central: desta forma, serão transferidas para a autarquia todas as eventuais insatisfações associadas a um eventual mau financiamento ou disfuncionamento deste espaço. Numa lógica de destruição dos serviços locais do Poder Central, será a Câmara a assumir o ónus de um funcionamento que não satisfaça a população e a assumir, assim, responsabilidades

que são do poder central. O Governo descarta-se de vários encargos, transferindo esse ónus para a Câmara Municipal que assumirá encargos financeiros de várias naturezas, até na formação dos funcionários que irão desempenhar funções neste serviço. Estamos assim a aderir, de forma irrefletida, à estratégia de destruição de serviços públicos que este Governo tem vindo a implementar. Esta Câmara não está a acautelar todas estas situações. Da própria lei, nomeadamente, do seu artigo 9º se extrai que a criação deste espaço servirá como justificação para o encerramento total dos serviços existentes no município. Ficamos sem competências importantíssimas. Estamos a iniciar, com o beneplácito da Câmara Municipal, uma etapa marcante e negativa que culminará com o fim, em Esposende, da prestação dos serviços públicos da responsabilidade do Poder Central. Depois da perda de competências do tribunal de Esposende, depois da perda de competências dos serviços de saúde, perderemos, eventualmente, serviços de finanças e outros.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Apúlia e Fão com uma intervenção do seguinte teor:

O Senhor Presidente da Câmara refere-se à atividade sobre a praia da ramalha, no entanto gostaria que tivesse referido a colaboração da Junta de Freguesia no Torneio de Rugby e no Torneio Internacional de Basquetebol.

De seguida interveio a senhora Deputada Municipal Beatriz Paula referindo que *“verificamos que muita atividade foi feita durante o período de Verão e que a mesma está plasmada na informação escrita do Sr. Presidente mas com tanta atividade a limpeza de várias ruas da União de Freguesias de Esposende, Marinhas e Gandra e da União de Freguesias de Apúlia e Fão ficou por fazer, limpeza essa da responsabilidade da Esposende Ambiente. Às vezes é necessário canalizar energia para o essencial e não para o acessório.”*

Os senhores presidentes das Juntas da União das Freguesias de Esposende, Marinhas e Gandra e da União das Freguesias Apúlia e Fão referiram que a responsabilidade da limpeza é das juntas Freguesias e que estas estão limpas.

Usou da palavra o Senhor Presidente, iniciando a sua intervenção com um agradecimento pelas palavras proferidas pelo Dr. Neiva direcionadas ao executivo, pelo trabalho desenvolvido, tendo referido que foi, de facto, um ano intenso de trabalho. Queria partilhar esta opinião dizendo que não é o trabalho do Presidente mas sim, do Presidente, do seu grupo de trabalho, dos funcionários da Câmara, dos Presidentes da Junta, que têm tido um trabalho excecional, bem como o trabalho desenvolvido pelas empresas municipais.

Relativamente à intervenção da deputada Luzia Miquelino queria referir que cada vez que falam das rampas, vêm sempre atrasados. Quando falaram da rampa da câmara, já tínhamos a adjudicação feita e, neste momento, relativamente ao elevador também já temos o projeto e conseguimos uma candidatura da AMA, da Agência de Modernização Administrativa e o projeto já está a ser concluído.

Quanto ao elevador é claramente uma preocupação, resolvemos primeiro o que era mais necessário, que era aceder aos serviços, mas não é uma preocupação de agora, mas de há muitos anos, só que a intervenção tem o seu custo e aproveitamos uma candidatura da AMA para enquadrar a situação. Quanto às rampas e para não se voltar ao mesmo assunto, o

auditório municipal também vai ter uma rampa de acesso.

Agradeço as suas palavras relativamente à novidade da oferta dos manuais escolares aos alunos do 1.º ciclo, é sempre um esforço financeiro considerável, juntando isto às bolsas de estudo para alunos do ensino superior, foi uma medida abrangente pois se nos baseássemos só na ação social, ou seja, aos alunos com escalão, sabíamos que estaríamos a cometer injustiças, pois estes estão indexados ao IRS e sabemos como são as declarações de IRS neste país. A preocupação foi, claramente correndo o risco de beneficiar que não precisa, saber que todos os que precisam iam receber os manuais escolares e foi este o pensamento que presidiu esta medida. Esta medida será para continuar pelo menos até ao fim do mandato.

Quanto à revisão do PDM é um bom momento para esclarecer esta questão, já ouvi muitas injustiças em relação ao tema.

Compreendo que foi um processo que esteve muito tempo parado, de salientar que é um processo bastante difícil e complexo, houve um empenho nestes últimos 10 meses que permitiram que se concluísse o processo, esta é a verdade, foi uma aposta nossa.

O plano foi elaborado ao longo dos anos e houve fases que foram ficando resolvidas durante essa discussão, dou o exemplo das plantas da RAN e da REN que estão aprovadas desde 2006 e na altura foram discutidas, eu era Presidente da Junta e lembro-me de ter participado em reuniões. De facto quem agora olha para o processo pode dizer que não foi ouvido, mas não podemos rever a RAN e a REN cada vez que muda de executivo. Isto já estava feito e não foi alterado, eu não estava na Câmara portanto este facto dá-me total conforto sobre o assunto. O que eu pedi foi para que não transformassem este processo tão importante para o desenvolvimento do município num facto político, pois não vai trazer nada de bom, vai levantar dúvidas onde não existem, pedi isso pois estamos aqui para dignificarmos o nosso papel enquanto autarcas, e não devemos levantar questões quando estas não existem.

Vamos ter um período de discussão pública, onde o processo vai ser visto por toda a gente e temos 30 dias úteis, sessões de esclarecimentos, diversas formas de publicitar, queremos a participação de todos, o plano vai estar disponível nas várias juntas de freguesia, na câmara, no site da câmara, sendo certo que o PDM é um plano constituído por fases que se vão desenvolvendo ao longo dos anos e são fechados, como por exemplo a carta de ruído, a carta de rede hídrica, não vale a pena tentarmos alterar pois não é possível. A reserva ecológica resulta da lei, não é uma vontade nossa mas uma imposição legal.

É importante referir que houve sessões de esclarecimento, na medida do possível, ao longo dos anos.

No dia 25 de julho houve uma reunião que decorreu até às 16 horas sem interrupção para almoço a vincar a posição do município em fechar este processo, sendo que não mexemos no processo e conforme decorre dos estatutos dos senhores vereadores, estes podem solicitar a consulta se assim o entenderem em qualquer altura, e efetivamente nenhum vereador requisitou ao Presidente da Câmara a consulta dos documentos.

Como fui acusado publicamente de falta de cultura democrática e de uma série de coisas relacionadas com a falta de transparência e como não gosto disso, resolvi agendar uma reunião de Câmara para sexta-feira de manhã, e tenho aqui dois dossiês, um para o senhor Vereador João Nunes e outro para a senhora Vereadora Dr.ª Berta Viana, para que não haja qualquer dúvida quanto às intenções da Câmara, vai ser entregue um DVD com toda a documentação do plano, apesar de continuar a achar que tal não é necessário. Realço que o que está em causa é a abertura da discussão pública, não estamos a votar o plano.

Quero deixar claro que havendo dúvidas de procedimentos, coloquem as questões, não quero

que este plano nasça torto.

Relativamente à questão colocada pelo senhor Eng.º Luís Peixoto, presidente da junta de Fão quanto à marginal de Fão, há coisas que me tiram do sério, o projeto é da Câmara Municipal, foi desenvolvido no âmbito da Polis, onde a Câmara tem responsabilidades e a fiscalização também é feita pela Câmara Municipal, uma vez que temos meios. Acontece que falamos de um dos locais mais sensíveis do ponto de vista ambiental, do ponto de vista da comissão de coordenação não nos deixam fazer o que queremos, o passadiço que passava pelas insuas em boa hora foi retirado, pois a durabilidade da estrutura era muito reduzida, tentamos fazer uma obra que fosse sóbria, no entanto não nos deixam alterar cotas, houve muitas dificuldades do ponto de vista do que era o projeto e a comissão de coordenação, não podemos fazer o que queremos naqueles locais. O mais irritante é que a obra não está terminada, para o público o acesso está interdito e que uma pessoa vá lá sem a obra estar terminada, sem ter sido rececionada, no final da obra acho bem que o façam junto das entidades, agora junto dos órgãos de comunicação social considero uma falta de respeito por quem trabalha, não é correto agir assim, publicitar defeitos que não estavam verificados e alterados. O material existente no local não é madeira, é um composto que pode ser molhado e seca sem alterar as suas propriedades, sabemos que o passadiço na localização em que se encontra está sujeito a inundações, assim como o passadiço da marginal. Paralelamente com esta obra decorria uma outra das Águas do Noroeste, tendo esta causado muito mais complicações, dando mais chatices, no entanto é um bom exemplo da convivência entre duas intervenções, na mesma rua conseguiu-se fazer dois trabalhos diferentes.

De salientar que a Polis tem dois processos em tribunal com proprietários que se sentiram invadidos nos seus terrenos. A Câmara fez um grande esforço para ultrapassar determinados constrangimentos, e isso devia ser reconhecido pela população. A intervenção feita na rua que vem da rua das pedreiras para o rio, o alargamento que foi feito, foi possível porque a câmara se empenhou em pedir aos proprietários para ceder os terrenos, foi muito difícil convencê-los, houve um grande empenho de todos e a população de Fão deveria reconhecer e orgulhar-se, pois é um dos locais mais bonitos do concelho.

Quanto às questões colocadas pelo Dr. Carvoeiro, referiu que existem obras que estão em fase de conclusão outras estão em fase de preparação, estamos a trabalhar nos processos e a seu tempo serão anunciadas pois são projetos fundamentais para o desenvolvimento do concelho.

Quanto à questão dos tribunais é verdade que reunimos com os representantes da ordem dos advogados, enviamos uma carta à senhora ministra, mas como sabemos, onde houve ou não manifestações o resultado foi o mesmo. Quanto ao facto da Câmara ceder o transporte dos processos isso aconteceu porque a GNR solicitou, pois não tinha nenhum carro de caixa fechada e tal era necessário por uma questão de segurança.

Relativamente aos sanitários públicos a responsabilidade não é nossa, mas nos últimos anos nunca houve um investimento tão grande nas zonas balneares, quer ao nível de infraestruturas, quer ao nível da colocação de nadadores-salvadores e realço, não é da nossa responsabilidade, investirmos nesta área porque é a imagem que está em causa, as entidades que têm jurisdição sobre estas zonas não estão a cumprir o seu papel. Ao nível do litoral tudo o que eu puder trazer para a competência do município vou fazê-lo. Em última análise, quem gasta o dinheiro somos nós, então, que possamos fazê-lo quando entendermos.

Quanto às questões levantadas pelo senhor deputado Artur Viana, começava por referir que o guia distribuído no dia da apresentação, era para ficar e aproveitar para dar nota de que temos um guia para cada um de vós que será entregue no final da sessão, bem como um guia

infantojuvenil. Na próxima reunião de câmara irá ser presente uma proposta para fixar o valor pelo qual será vendido o guia turístico.

No que respeita à limpeza, a Esposende Ambiente faz um excelente trabalho, no entanto no verão é sempre complicado gerir a questão da limpeza pois nunca sabemos se vamos ter muita ou pouca gente, temos que fazer reajustes e planos diários, mas muitas questões relacionadas com a limpeza deve-se em parte à falta de civismo das pessoas, até podem ter caixotes mas colocam o lixo no chão, vemos diariamente este tipo de comportamento.

Quanto à iluminação ou falta de iluminação daquela zona já temos em curso um projeto, o problema já estava sinalizado, pois a zona não confere segurança e as pessoas não a utilizam.

Relativamente ao estacionamento, peço ao senhor deputado municipal que interceda por nós junto dos seus superiores, pois sempre tentamos criar parques de estacionamento na zona de Ofir, a verdade é que temos tido sempre impedimentos por parte do Parque Natural. Compreendo os valores naturais, mas era preferível ter o terreno organizado e preparado, do que ver carros estacionados por cima dos passeios e no meio do pinhal.

Em resposta ao Dr. Manuel Carvoeiro, relativamente à informação escrita e ao espaço do cidadão o que li, li bem, percebi que ter espaços de cidadão tem custos a nível de infraestruturas e recursos humanos por isso só tenho um e dentro dos paços do município, porque os recursos humanos já os tenho e as instalações também. A formação e equipamento informático são pagos pela AMA. Falamos em espaços do cidadão e não loja do cidadão, este espaço nunca irá substituir as finanças, nem outros serviços.

Quanto à questão colocada pela senhora Deputada Paula Matos, nó que se refere às questões da limpeza efetuadas pela Esposende Ambiente, o senhor Presidente da Câmara referiu que a limpeza é bem feita. Tem que haver alguma condescendência relativamente a este assunto e não sermos tão críticos.-----

02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

02.01. APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE JUNHO – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 5º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 03 de julho de 2014, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de junho, nos termos do artigo 5º do Regulamento das formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLÉIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

02.02. APOIO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE FONTE BOA E RIO TINTO – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 5º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 17 de julho de 2014, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Fonte Boa e Rio Tinto – Pedido de comparticipação para

aquisição de um programa de contabilidade, nos termos do artigo 5º do Regulamento das formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

02.03. APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA - MÊS DE JULHO - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 5º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 07 de agosto de 2014, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de julho, nos termos do artigo 5º do Regulamento das formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

02.04. APOIO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE BELINHO E MAR - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 5º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de agosto de 2014, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Belinho e Mar - Atribuição de verba para colmatar a despesa referente à reparação do trator, no valor de 5 222.15€, nos termos do artigo 5º do Regulamento das formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

02.05. APOIO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA - PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA ANTECIPADA - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 5º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 28 de agosto de 2014, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Esposende, Marinhas e Gandra - Pedido de transferência antecipado, nos termos do artigo 5º do Regulamento das formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

02.06. APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA - MÊS DE AGOSTO - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 5º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 18 de setembro de 2014, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de agosto, nos termos do artigo 5º do Regulamento das formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

02.07. RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO DE INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE - 1º SEMESTRE 2014 - PARA CONHECIMENTO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 18 de setembro de 2014, foi presente na sessão, para conhecimento o relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Esposende referente ao primeiro semestre de 2014. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

03. - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Interveio o Sr. Paulo Alexandre Rato Rego, em nome da Associação Sementes de Liberdade, tendo referido o seguinte:

Tenho conhecimento que tem surgido várias dúvidas quanto à Associação Sementes de Liberdade e estou aqui para hoje prestar essa informação e esclarecer todas as dúvidas que possam existir.

A Sementes de Liberdade surge do descontentamento de alguns pais e alguns professores relativamente a metodologias pedagógicas que são usadas no nosso sistema de ensino tradicional, sejam ele o ensino público ou privado. A associação Sementes de Liberdade tem como objeto único a prestação de serviços no âmbito da educação, é uma IPSS de direito, reconhecida pelo Ministério da Educação e portanto é tanto instituição particular de solidariedade social como todas as outras e tantas outras que há neste concelho.

Como tem como objeto único a prestação de serviços na área da educação, a sementes de liberdade abriu uma escola em Palmeira de Faro com o mesmo nome da Associação, é uma escola particular de 1.º ciclo, e presta serviços no âmbito da educação do 1.º ciclo, ou seja do 1.º ao 4.º ano de escolaridade, esta escola não quer concorrer com a escola pública, nem com o ensino tradicional, temos um projeto educativo diferente, e utiliza metodologias pedagógicas diferentes, apresenta um projeto alternativo ao ensino corrente e portanto para além de privilegiar e garantir sempre a transmissão dos conhecimentos académicos, esta escola funda a sua atuação em mais três pilares, a natureza, as humanidades e as artes. Venho esclarecer também que ao contrário do que se especulou durante algum tempo em Esposende a

Associação sementes de liberdade não está conotada com qualquer partido político, nem de extrema-esquerda, nem de extrema-direita. Esta associação é apartidária e não tem religião.

Os fundadores são todos de nacionalidade portuguesa e são esposendenses por opção e não por herança familiar, entendemos que Esposende é dos melhores concelhos para viver e por isso nos mudamos para cá há já quase meia década.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o período de intervenção do público é mais para pedir esclarecimentos sobre algum assunto.

Continuando a sua intervenção o Sr. Paulo Rego informou que a Escola Sementes de Liberdade não colide com nenhuma outra instituição do concelho. É importante dizer que 25% da população da escola não reside no concelho e portanto é também um veículo de promoção do concelho. No ano letivo passado realizamos 65 atividades extra curriculares das quais 40 foram realizadas envolvendo a comunidade, convidamos todas as instituições pré escolares do concelho a realizarem intercâmbios pedagógicos com a nossa escola, recebemos nesta semana que passou das mãos do Senhor Primeiro Ministro e do Ministro da Educação um prémio Nacional de Ciência na Escola e fomos distinguidos ontem pela UNESCO, quero lembrar que em Portugal existem 63 escolas que pertencem a esta rede e no distrito de Braga não há nenhuma, Esposende é a primeira. Queria também dizer que a escola foi convidada para duas conferências internacionais sobre educação alternativa e recebemos com regularidade visitas de pedagogos de Portugal e do estrangeiro.

Para terminar quero dizer que a Sementes de Liberdade quer concorrer para o lema Esposende, Município Educador, queremos levar a educação e o nome de Esposende mais longe.

Usou da palavra o senhor deputado municipal Manuel Carvoeiro agradecendo a participação do Sr. Paulo Rego e referindo que o ensino particular e cooperativo, em 98% dos casos, cobra propinas, mais referiu que é importante saber qual o valor das propinas e quais os custos da implementação da escola no nosso concelho.

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, felicitando a Escola Sementes de Liberdade, referindo que a senhora Vereadora da Educação acompanhou a escola a Aveiro e agradecendo ainda a colaboração que tem tido com o município.

-- Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas. -----

---Sendo zero horas e vinte minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

O Presidente da Assembleia,

João António Almeida 1/1

O Primeiro Secretário,

Asfauid

O Segundo Secretário,

Pincheira

ATA

N.º 05/2014

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
30 de setembro de 2014**